

INSTRUÇÕES

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.

2. A prova objetiva é composta conforme tabela abaixo:

PROVA OBJETIVA		Número de Questões	Peso	Total de Pontos
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	2	10
	Legislação	5	1,5	7,5
	Didática	5	1,5	7,5
Conhecimentos Específicos		30	2,5	75
Total		45	-	100

3. Haverá no cartão resposta, para cada questão, cinco campos de marcação: um campo para cada uma das cinco opções (A, B, C, D e E), o candidato deverá preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando da questão.

4. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.

5. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.

6. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica azul ou preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.

7. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. Devendo ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.

8. A duração da prova é de 04 (quatro) horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão-resposta.

9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova e o cartão-resposta.

10. Após a terceira hora de aplicação da prova os candidatos poderão levar consigo o respectivo caderno de questões. As matrizes das provas objetivas estarão disponíveis, no site do IFPA, podendo o candidato, anotar o gabarito das questões.

11. Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinarem a Ata de Prova.

12. Preencha, abaixo, o seu número de inscrição e assine no local indicado

DURAÇÃO DESTA PROVA: 04 horas

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

ASSINATURA DO CANDIDATO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1. Arquitetura (Texto utilizado nas questões 1 e 2)

Não quero construir nada.
Talvez uma letra de música
da mais vagabunda
para tocar na estrada.

Chegar no meio da vida
sem olhar para trás.
Não quero construir nada
que não, de mim, uma versão
cada dia renovada.

Moro num bairro que não me diz nada.
Para meus vizinhos eu sou o vizinho
que ainda liga o rádio.

Flores que não plantei
enfeiam a frente da casa alugada.
Julguei fizera tudo errado.
Chuva morte erva daninha:
se refaço a matemática,
é tudo dádiva.

Uma perversão, edificar a coisa edificada.
Eu não quero construir nada.
Só transformar em ruínas, todo dia,
o que em mim se faz
parede erguida, nova morada.
(CARRIAS, Eleazar Venancio. Máquina. Urutau, 2021)

Assinale o excerto no qual a palavra destacada não é um pronome:

- a) Flores **que** não plantei
- b) Moro num bairro **que** não me diz nada
- c) Eu sou o vizinho **que** ainda liga o rádio
- d) **Se** refaço a matemática (...)
- e) **Eu** não quero construir nada

2. Depreende-se do texto que:

- a) O eu-lírico, de tão desmotivado, prefere privar-se de construir algo novo. Tal fato é expresso pela repetição de palavras com valores negativos.
- b) A poesia expressa que o eu-lírico é tão desprezível que, no máximo, o que se pode construir é uma poesia de caráter “vagabundo”.

- c) Para o eu-lírico, a edificação, nada mais é, do que uma perversão que precisa ser evitada.
- d) O eu-lírico pretende ressignificar, continuamente, sua vida, a fim de construir algo novo.
- e) A poesia denota um pessimismo com as coisas que os outros fazem, mostrando que só as obras do eu-lírico são boas. Por isso, as flores que ele não plantou estão deixando a frente da casa feia.

3. Assinale a alternativa em que há uso incorreto da vírgula:

- a) Ao se deparar com conteúdo de caráter racista, muitas pessoas, costumam responder com empatia, repudiando a informação.
- b) Todos foram convidados à reunião, entretanto muitos não participaram.
- c) Decidi que não irei à festa do trabalho, pois estou com febre.
- d) Logo no início da reunião, todos confraternizaram, lembrando dos acontecimentos decorrentes do ano, concluindo que são vitoriosos.
- e) Ao se aproximar o dia que seria o mais importante de suas carreiras, Ana e Izabel, consideradas grandes amigas, foram ao tribunal se enfrentar.

4. Assinale a alternativa em que o uso da crase é facultativo:

- a) Carlos e João resolveram sair, impreterivelmente, às 10 horas.
- b) Claudia fez a prova às pressas, pois já sentira as dores do parto.
- c) Manoel, garoto esperto que só ele, fez um maravilhoso gol à Pelé.
- d) Antes da fatídica hora, os amantes saíram à cavalo.
- e) É claro que deves satisfações à tua mãe.

5. A alternativa em que há erro de acentuação gráfica:

- a) Muitas pessoas vêem as campanhas de conscientização do autismo com empatia.
- b) Todos têm que saber as características do autismo, para que se tenha uma sociedade com mais respeito.
- c) A campanha de 2022 vem trazendo o tema “Lugar de autista é em todo lugar”.
- d) Os cartazes da campanha são distribuídos de forma gratuita pelo site.
- e) No dia 2 de abril, as pessoas saíram de azul em homenagem à conscientização do autismo.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Legislação

6. A Constituição Federal de 1988 preceitua que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No que concerne ao dever do Estado para com a educação, ele será efetivado através de algumas garantias. Dentre elas, o Estado garantirá:

- a) Educação básica obrigatória e gratuita dos 5 (cinco) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
 - b) Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede de Educação Especial;
 - c) Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 4 (quatro) anos de idade;
 - d) Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
 - e) Atendimento ao educando, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, apenas no ensino fundamental.
7. Pedro é servidor público federal do IFPA, portanto regido pela Lei nº 8.112/1990. Ingressou no cargo de Assistente em Administração há 06 (seis) anos, portanto já estável no serviço público. Nesse ano foi aprovado e nomeado para o cargo de Professor do IFPA em Regime de Dedicção Exclusiva, para isso, solicitou vacância do cargo de Assistente em Administração para tomar posse no cargo inacumulável de Professor EBTT. Ao entrar em exercício, Pedro se submeterá a estágio probatório no desempenho do cargo de Professor. Considerando as informações acima, caso Pedro não seja aprovado no estágio probatório do cargo de professor:
- a) Será exonerado do IFPA;
 - b) Será demitido do IFPA;
 - c) Será reconduzido ao cargo de Assistente em Administração no IFPA que era o cargo anteriormente ocupado por ele;
 - d) Será reintegrado ao cargo de Assistente em Administração no IFPA que era o cargo anteriormente ocupado por ele;
 - e) Será revertido ao cargo de Assistente em Administração no IFPA que era o cargo anteriormente ocupado por ele.
8. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional é um dos principais atos normativos que regulamenta o direito constitucional à Educação. Pela leitura da LDB, pode-se concluir que:
- a) O IFPA, apesar de ser uma Instituição de ensino mantida pela União, faz parte do Sistema Estadual de Ensino por se localizar territorialmente no Estado do Pará;
 - b) Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua espanhola e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o inglês;
 - c) A Educação Profissional Técnica de Nível médio, além de ser oferecida de forma articulada com o ensino médio, poderá ser oferecida também àqueles que já concluíram tal nível de ensino, através da oferta de cursos técnicos subsequentes;
 - d) Os municípios são responsáveis por assumir o transporte escolar dos estudantes da rede pública estadual e municipal;
 - e) A educação profissional e tecnológica abrangerá, dentre outros, cursos de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.
9. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dentre eles o IFPA, foram criados pela Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Considerando os objetivos dessas Instituições, é correto afirmar que:

- a) Os Institutos Federais têm dentre seus objetivos a oferta de cursos em vários níveis de ensino, desde o Ensino Médio/Técnico até a Pós-graduação em nível de Mestrado Profissional, não tendo os IFs autorização legal para a oferta de cursos em nível de Doutorado;
 - b) Os Institutos Federais têm dentre seus objetivos a oferta em cada exercício, de no mínimo 15% (quinze por cento) de suas vagas, para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica;
 - c) Os Institutos Federais têm dentre seus objetivos a realização de pesquisa científica básica, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
 - d) Os Institutos Federais têm dentre seus objetivos o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
 - e) Os Institutos Federais têm dentre seus objetivos a oferta de cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento
10. Márcia tomou posse no cargo de Professora EBTT no IFPA e está regida pelo Plano de Carreira aprovado pela Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012. Considerando os direitos, deveres e proibições contidos na citada lei, é correto afirmar que:
- a) Márcia poderá solicitar progressão funcional na carreira mediante alguns requisitos, dentre eles o cumprimento do interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício em cada nível da carreira;
 - b) Caso Márcia não possua o título de doutora, ela não poderá progredir ao último nível da carreira, que é a classe Titular, mesmo sendo aprovada no processo de avaliação de desempenho e completado o interstício de 24 meses na classe anterior.
 - c) Logo após entrar em exercício, caso Márcia já possua o título de Mestre ou Doutora, poderá requerer a aceleração da promoção docente.
 - d) Márcia só poderá se afastar das atividades do cargo para cursar o Doutorado depois de 4 (quatro) anos de efetivo exercício incluindo o período do estágio probatório
 - e) Márcia poderá se afastar do IFPA para prestar colaboração técnica ao Ministério da Educação por período não superior a 4 (quatro) anos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Didática

11. Segundo Libâneo (2013) “a formação profissional é um processo pedagógico, intencional e organizado, de preparação teórico-científica e técnica do professor para dirigir o processo de ensino”. Nessa perspectiva, sobre a didática e a formação profissional do professor, assinale (C) para alternativa CORRETA e (I) para alternativa INCORRETA:
- () A didática efetiva a mediação escolar de objetivos, conteúdos e métodos das matérias de ensino;
 - () A didática não pode constituir-se em teoria de ensino.
 - () A didática se caracteriza como mediação entre as bases teórico-científicas da educação escolar e a prática docente.

() A didática assegura a interpretação e interdependência entre fins e meios da educação escolar.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

- a) C, I, C, C
- b) C, C, I, C
- c) C, C, C, C
- d) C, C, C, I
- e) I, I, C, C

12. Para Libâneo (2013) o processo didático é caracterizado como mediação escolar de objetivos-conteúdos-métodos apoiada no processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista as finalidades da instrução e da educação em nossa sociedade. Sobre Objetivos, conteúdos e métodos de ensino, assinale a alternativa CORRETA:

- I. A elaboração dos objetivos pressupõe, da parte do professor, uma avaliação crítica das referências que utiliza, balizada pelas suas opções em face dos determinantes sociopolíticos da prática educativa.
- II. Os conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida.
- III. Os conteúdos de ensino não se correlacionam como objeto de estudo da didática pois são instrumentos de herança cultural e da prática social e devem ser assimilados pelas novas gerações como base para o desenvolvimento das capacidades especificamente humanas.
- IV. O método de ensino do professor se caracteriza apenas pelos procedimentos e técnicas de ensino.

- a) Apenas a I está correta
- b) Os itens I e II estão corretos
- c) Os itens I, II e III estão corretos
- d) Apenas o item IV está correto
- e) Os itens III e IV estão corretos

13. Sobre o percurso histórico da Didática segundo Libâneo (2013) enquanto campo de conhecimento, é CORRETO afirmar que:

- a) O resgate histórico da Didática até a atualidade não apresentou mudanças efetivas.
- b) A história da didática não tem relação com o surgimento do ensino no desenvolvimento social.
- c) O ideário escolanovista contribui com o surgimento do campo de estudos da Didática no século XX.
- d) A formação da teoria da didática para investigar as ligações entre ensino e aprendizagem e suas leis ocorre no século XVII, quando Comênio formula a ideia da difusão dos conhecimentos a todos e cria princípios e regras de ensino.

- e) Rousseau teve grande destaque e influência na constituição histórica da Didática, e conseguiu colocar suas ideias em prática e elaborou uma teoria de ensino.

14. Segundo Libâneo (2017) na escola, a aula é a forma predominante de organização do processo de ensino. Na aula, se criam, se desenvolvem e se transformam as condições necessárias para que os alunos assimilem conhecimentos, habilidades, atitudes, convicções e, assim, desenvolvem suas capacidades cognitivas. Marque a alternativa que contém a resposta CORRETA sobre as funções que deve ter a aula para atingir os objetivos de ensino.

- a) Dentre outras atividades, ampliar conhecimento científico, desenvolver a individualidade e potencialidades de cada educando; valorizar sua formação anterior sem desenvolver independência de pensamentos; formação de habilidades e hábitos, atitudes que permitam a aplicação de conhecimentos na solução de problemas em situações de vida prática; desenvolvimento de possibilidades de aproveitamento escolar para todos os alunos de acordo com suas especificidades e necessidades.
- b) Dentre outras atividades, ampliar o conhecimento científico somando com conhecimento popular e cultural, mas não focando nas peculiaridades dos alunos e sim na coletividade, visto que o foco é na resolução de problemas em situações de vida práticas, e formação de métodos e hábitos de estudo; desenvolvimento de possibilidades de aproveitamento escolar para todos os alunos de acordo com suas especificidades e necessidades.
- c) Dentre outras atividades, ampliar o nível cultural e científico dos alunos, selecionar e organizar atividades que possibilitem a independência de pensamento, criatividade e envolvimento pelo estudo, formação de habilidades e hábitos, atitudes que permitam a aplicação de conhecimentos na solução de problemas em situações de vida prática, desenvolvimento de possibilidades de aproveitamento escolar para todos os alunos de acordo com suas especificidades e necessidades, condução da docência na classe, tendo em vista a formação de trabalho coletivo fomentando laços de solidariedade e ajuda mútua, sem prejuízos da atenção às peculiaridades de cada aluno.
- d) Dentre outras atividades, ampliar o nível cultural e social dos alunos, selecionar e organizar atividades que possibilitem a dependência de pensamento, criatividade e envolvimento pelo estudo, formação de habilidades e hábitos, atitudes que permitam a aplicação de conhecimentos na solução de problemas em situações de vida prática, desenvolvimento de possibilidades de aproveitamento escolar para todos os alunos de acordo com suas especificidades e necessidades, condução da docência na classe, tendo em vista a formação de trabalho coletivo fomentando laços de solidariedade e ajuda mútua, sem prejuízos da atenção às peculiaridades de cada aluno.
- e) Dentre outras atividades, ampliar o nível cultural e emocional dos alunos, selecionar e organizar atividades que possibilitem a dependência de pensamento, criatividade e envolvimento pelo estudo, formação de habilidades e hábitos, atitudes que permitam a aplicação de conhecimentos na solução de problemas em situações de vida prática e social, desenvolvimento de possibilidades de aproveitamento escolar para todos os alunos desconsiderando suas especificidades e necessidades; condução da docência na classe, tendo em vista a formação de trabalho coletivo fomentando laços de solidariedade e ajuda mútua, sem prejuízos da atenção às peculiaridades de cada aluno.

15. A avaliação da aprendizagem consubstancia-se no contexto próprio da diversidade. É angustiante saber que milhares de crianças e jovens têm, em pleno século XXI, sua

aprendizagem matematicamente avaliada, e tal fato ser considerado (ingenuamente) uma avaliação precisa e justa. O sentido da avaliação é o de promover uma diferença “sensível”, o que não se coaduna com a objetividade, com a padronização. (HOFFMANN, Jussara Maria L. Avaliação Mediadora: uma Relação Dialógica na Construção do Conhecimento. 2011. 2018.)

A partir do enunciado, cujo foco é a avaliação da aprendizagem, analise as proposições:

- I. O processo avaliativo é sempre de caráter singular no que se refere aos estudantes, uma vez que as posturas avaliativas inclusivas ou excludentes afetam seriamente os sujeitos educativos;
- II. O processo avaliativo se desenvolve concomitante ao desenvolvimento das aprendizagens dos alunos;
- III. A avaliação da aprendizagem é um processo objetivo, normativo e padronizado;
- IV. O resultado da avaliação da aprendizagem deve ser o fim do processo, bem como o instrumento para verificar o que foi aprendido.

É correto o que se afirmar:

- a) I, II, III, apenas
- b) I e III, apenas
- c) II e III, apenas
- d) I e II, apenas
- e) II, III e IV, apenas

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. “Na historiografia, as interpretações do passado estão em disputa. Trata-se, pois, de um campo da história intelectual permeado por contendas políticas, ideológicas e epistemológicas que reverberam no seio das representações sobre o passado ou do uso que se faz do passado. Deve-se ressaltar, dessa forma, que a condição de disputa no campo historiográfico é um ingrediente fundamental” (PALERMO, Luís Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. Dimensões, v. 39, jul.-dez. 2017, p. 326).

Considerando a nota acima, sobre a historiografia da escravidão no Brasil, escolha a alternativa CORRETA:

- a) A historiografia da escravidão que ocorreu no Brasil, diferente da norte-americana, não apresentou embates teórico-metodológicos e conceituais, não sendo campo de contendas ideológicas e posições políticas.
- b) A historiografia marxista sobre a escravidão, que tem o sociólogo Gilberto Freyre como seu ilustre representante, propõe uma interpretação positiva das relações entre senhores e escravos, dando agência aos negros e interessando-se por suas experiências, além do mundo do trabalho.
- c) A Escola Paulista de Sociologia aprofundou a análise do escravismo, enfatizando, principalmente, a marginalização dos homens livres pobres e a vitimização do escravo, ocasionada pela acumulação do capital no capitalismo comercial global.

- d) Casa Grande & Senzala, obra publicada no contexto da Ditadura Militar, interpreta a escravidão eminentemente por um viés economicista, construindo conceitos, como uma estratégia para driblar os censores do regime autoritário.
 - e) A obra Rebelião Escrava no Brasil – A História do Levante dos Malês em 1835, de João José Reis, é um marco da historiografia da escravidão pós anos 1980, sendo fundamental para compreender a revolta de escravos judeus em Pernambuco.
17. "Nos cubículos dos negros, jamais vi uma flor: é que lá não existem esperanças nem recordações." Charles Ribeyrolles, 1859. (RIBEYROLLES, Charles. Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.p. 46.)

A historiografia brasileira norteou muitas interpretações sobre a família escrava a partir de relatos de viajantes, como o trecho acima, do francês Charles Ribeyrolles, que visitou o Brasil em 1859. No tocante à renovação historiográfica sobre família escrava no Brasil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Roger Bastide e Florestan Fernandes, em suas interpretações sociológicas, foram fundamentais para a virada interpretativa sobre as famílias escravas ocorridas nos anos 1990.
 - b) O discurso dos viajantes, fruto da compreensão sobre a cultura escrava e as heranças africanas, não denotavam preconceito e nem visões errôneas sobre o trabalho e a vida dos escravos.
 - c) Para o historiador Robert Slenes, em seu livro “Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX”, a família escrava é um elemento estrutural do domínio escravista, enfraquecendo a resistência dos escravos diante dos senhores. Sua tese reforça que a família escrava ajuda a manter o escravismo protegendo, pacificando e organizando os cativos.
 - d) Para a historiografia da família escrava, censos populacionais, registros paroquiais e inventários post-mortem não são fontes relevantes, pois não apresentam o ponto de vista dos negros.
 - e) O historiador Robert Slenes, em seu livro “Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX”, defende que a formação de laços de parentesco e a preservação de heranças culturais africanas são formas de resistência à política senhorial.
18. “Se não há dúvida de que a principal força de trabalho no antigo Estado do Maranhão e Pará do século XVII foi a indígena, livre ou escrava, no entanto, a presença africana na região não pode ser desconsiderada”. (CHAMBOULEYRON, R. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). Revista Brasileira de História, vol. 26, nº 52. p.)

As questões abaixo, versam sobre o olhar historiográfico para a região do Grão-Pará. Aponte a CORRETA:

- a) Estudos pioneiros, como os de Manuel Nunes Pereira e Arthur Cezar Ferreira Reis, insistem na ideia da expressiva presença de africanos, em decorrência da grandiosidade dos empreendimentos agrários na região do Grão Pará.
- b) A historiografia recente aponta que a capital do Grão-Pará aparece, na primeira metade dos Oitocentos, como um espaço marcado pela presença de uma população escrava significativa, inclusive superando demograficamente em diferentes fases a população branca e livre.
- c) Conforme o historiador Rafael Chamboleyron, foi inexpressivo o papel desempenhado pela Coroa Portuguesa na definição, estabelecimento e organização do tráfico para a região Amazônica.
- d) As fontes com números seguros para o tráfico negreiro seiscentista e toda navegação para o Estado do Maranhão e Pará, a documentação com registros sistemáticos da chegada dos navios e do número de escravos, desembarcados e vendidos, facilitaram o fortalecimento da historiografia sobre escravidão no Grão Pará e Maranhão.
- e) O tráfico na região do Grão Pará e Maranhão foi organizado no final do século XVII sem qualquer relação com demandas circunstanciais locais.

19. O problema é que nossa época interligou de modo tão estranho o bom e o mau que, sem a expansão dos imperialistas levada adiante por mero amor à expansão, o mundo poderia jamais ter-se tornado um só; sem o mecanismo político da burguesia que implantou o poder pelo amor ao poder, as dimensões da força humana poderiam nunca ter sido descobertas; sem a realidade fictícia dos movimentos totalitários, nos quais – pelo louvor da força por amor à força – as incertezas essenciais do nosso tempo acabaram sendo desnudadas com clareza sem par, poderíamos ter sido levados à ruína sem jamais saber o que estava acontecendo. E, se é verdade que, nos estágios finais do totalitarismo, surge um mal absoluto (absoluto, porque já não pode ser atribuído a motivos humanamente compreensíveis), também é verdade que, sem ele, poderíamos nunca ter conhecido a natureza realmente radical do Mal. (ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Cia das Letras, 2012. p. 13)

O trecho acima, escrito em 1950 pela cientista política e historiadora Hannah Arendt prefacia seu livro sobre as experiências brutais do antissemitismo, imperialismo e totalitarismo vividos no Ocidente no século XX. No tocante a tais temas, marque a alternativa CORRETA:

- a) O antissemitismo, fenômeno exclusivo do século XX, foi o truque demagógico utilizado pelo nazismo para mobilizar as massas.
- b) A diferença fundamental entre os movimentos totalitários modernos – como o bolchevismo e o nazismo - e as tiranias do passado está no uso do terror como instrumento para governar as massas perfeitamente obedientes.
- c) O “culto da personalidade” e a existência de uma massa social atomizada e individualizada, inexistente no bolchevismo, é uma característica da Alemanha Nazista.
- d) O nazismo e o bolchevismo esforçaram-se para apresentar programas com conteúdo concreto vinculados aos partidos.
- e) A força da propaganda totalitária reside na sua capacidade de integrar as massas ao mundo real.

20. A imagem apresentada é uma provocação das produtoras do Podcast Mamilos frente ao tema do Comunismo, que recorrentemente é mobilizado no cenário político brasileiro.



Fonte: <https://www.b9.com.br/shows/mamilos/mamilos-305-quem-tem-medo-do-comunismo/>

Supostas ameaças comunistas, que hoje circulam nas rodas de conversas e em redes sociais, não são recentes em nossa história. A relação entre comunistas, governos e sociedade brasileira foi marcante em momentos significativos e diferentes da história política nacional. A questão abaixo versará sobre o comunismo e anticomunismo em regimes autoritários no Brasil.

- a) O Clube 3 de Outubro prosperou após 1931, liderado por Luís Carlos Prestes, filiado ao Partido Comunista em fins de 1930, tendo um caráter revolucionário e antiburguês.
- b) O Plano Cohen, plano comunista para derrubar o governo Jango, foi o estopim do Golpe de 1964 no Brasil.
- c) A homogeneidade ideológica do anticomunismo brasileiro facilitou a unificação de liberais, conservadores, fascistas, nacionalistas e foi decisivo para unir as corporações militares.
- d) Com a Guerra Fria, a tradição anticomunista no Brasil foi desmobilizada.
- e) O anticomunismo brasileiro é um fenômeno de direita, baseado em valores como a defesa da moralidade cristã, da propriedade sagrada e da pátria “una e indivisa”.

21. O projeto nacional construído pelos militares para Amazônia, após o golpe de 1964, teve seus facilitadores que passaram a olhar as populações da floresta, seringueiros, “caboclos” e indígenas como entraves ao desenvolvimento e à integração nacional. Sobre a relação/ação entre militares, indígenas e indigenistas na Amazônia, aponte a alternativa CORRETA:

- a) O Plano de Desenvolvimento e Integração Econômica da Amazônia – com a expansão dos interesses do capital privado para a região, viabilizada pelos instrumentos do Estado, como leis e instituições, coadunou-se aos interesses dos povos indígenas e à preservação de seus direitos.
- b) No Governo Castelo Branco, em 1966, o slogan “Integrar para não Entregar”, constituiu-se em uma relevante política de estímulo à agricultura familiar e ao desenvolvimento econômico das terras indígenas.
- c) O Estatuto do Índio, lei nº 6.001 de dezembro de 1973, efetivamente regularizou a situação das terras indígenas, garantiu-lhes proteção e preservação de seus direitos.

- d) O CIMI – Conselho Indigenista Missionário – criado em 1975, ligado à Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), teve um papel importante na luta pela demarcação das terras indígenas e na defesa dos modos de vida ancestrais.
- e) O SPI – Serviço de Proteção ao Índio e a FUNAI – Fundação Nacional do Índio foram órgãos intensamente vigiados, controlado e perseguidos.

22. Sobre o cenário político e os embates eleitorais no território político-administrativo do estado do Pará, após o golpe militar civil de 1964, identifique a resposta CORRETA:

- a) Jarbas Passarinho foi o principal articulador da resistência aos golpistas no Pará.
- b) Por terem apoiado o golpe, desde os momentos iniciais, no Pará, o governador e o vice-governador, Aurélio do Carmo e Newton Miranda, não tiveram seus mandatos cassados em 1964.
- c) No Pará, ao ser instituído o bipartidarismo, a antiga rivalidade entre o PSD e a Coligação Democrática Paraense foi transferida para uma Arena fraca e um MDB forte.
- d) Em 1981, já no sistema pluripartidarista, no Pará, o principal fato político visando o pleito de 1982 foi o acordo firmado entre o governador Alacid da Silva Nunes (PTB) e o Deputado Federal Jader Fontenele Barbalho (PMDB).
- e) Nas eleições municipais de 1972, os eleitores paraenses escolheram novos prefeitos em 73 municípios, vencendo a MDB em 61 deles e nos 12 restantes os candidatos da Arena.

23. É o olhar que faz a História. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade saber. Michelle Perrot. As mulheres ou os silêncios da História. São Paulo: EDUSC, 2005. p. 12.

No que se refere à narrativa histórica e às mulheres, aprecie e escolha a alternativa CORRETA:

- a) Documentos pessoais como diários e correspondências são irrelevantes para a história das mulheres.
- b) O volume e a natureza das fontes das mulheres e sobre as mulheres são homogêneas e invariáveis ao longo do tempo.
- c) O nascimento de uma história das mulheres inscreve-se no campo mais vasto das ciências humanas, desigualmente visitadas pelo sexo. Fatores científicos, sociológicos e políticas fundamentaram sua emergência.
- d) A constituição da história como disciplina “científica” no século XIX, com o interesse pela história política, teve um caráter marcadamente feminista.
- e) A emergência da história das mulheres só foi possível graças ao fortalecimento do materialismo histórico nos anos 1970.

24. Segundo a historiadora Joan Scott, a emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. (SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. P. 75.).

Demonstre sua compreensão sobre o tema, indicando a alternativa CORRETA:

- a) Nos anos 1970, nos EUA, as historiadoras feministas insistiram que havia oposição entre “profissionalismo” e “política”.
- b) Um marco no reconhecimento da profissionalização das historiadoras e melhoria nas condições das mulheres nas universidades francesas foi o Comitê de Coordenação de Mulheres na Profissão Histórica, criado em 1969.
- c) Reivindicar a importância das mulheres na história significou necessariamente concordar com as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros”.
- d) A história das mulheres opera com a categoria universal Mulher e com um único conceito de experiência.
- e) O estudo das mulheres acrescentou não só novos temas, como impôs uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente.

25. Sobre a historicidade da categoria Gênero, seus usos e fundamentos teóricos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O uso do Gênero como categoria analítica, implica necessariamente o afastamento das categorias Classe e Raça.
- b) “Gênero” foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual, enfatizando as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo.
- c) O “Gênero” nos estudos históricos apareceu primeiro entre as feministas brasileiras.
- d) Nos anos 2000, as historiadoras americanas utilizam a categoria gênero – sem nomear as mulheres – fazendo uso de um essencialismo estratégico – na busca pela legitimidade acadêmica dos estudos feministas.
- e) Em seu uso descritivo, o Gênero, nos estudos históricos, é relacional e abala o campo tradicional da História.

26. Sobre o Projeto Grande Carajás e os grandes projetos na Amazônia pode-se considerar que:

- a) O Regime Civil Militar proporcionou o desenvolvimento das potencialidades econômicas da nação, de modo que promoveu, com recursos nacionais, diversos investimentos econômicos voltados para a construção de obras com grande infraestrutura e potencial de produção.
- b) As construções eram executadas pelos empreendedores internacionais, contando apenas com mera participação dos órgãos administrativos, por outro lado os empreendedores do Brasil não compactuavam com esse modelo de desenvolvimento que, na sua opinião, não seria capaz de expandir a economia do país, gerando assim, o aumento do desemprego, somando ainda as fortes críticas recebidas da comunidade internacional em relação ao impacto ambiental.
- c) Criadas com o intuito de alavancar a economia brasileira, a Ferrovia do Aço e a Estrada de Ferro Carajás eram consideradas grandes apostas do Estado para gerar capital, e isso pode ser observado na intensa movimentação de produtos e pessoas ainda hoje nas duas obras.
- d) A Ferrovia do Aço era apresentada como grande candidata na corrida pelo desenvolvimento do Brasil. Nos primeiros anos de sua construção, ganhou destaque entre as obras promovidas pelo Estado, mas devido ao constante surgimento de empecilhos fiscais e econômicos, além das problemáticas sociais, a ferrovia do aço acabou se tornando um fracasso histórico.

- e) A estrada de Ferro Carajás obteve êxito em sua conclusão e entrega em 1985. A construção era vista como um desafio à engenharia brasileira, especialmente pela sua grande extensão e propósito. A Estrada de ferro foi idealizada para auxiliar no transporte de pessoas que trabalhavam dentro do Programa Grande Carajás, que envolvia os estados do Pará e Maranhão, e servia para realizar o percurso que cruzaria o território paraense até chegar a seu destino no Maranhão.

27. [...] O Projeto Grande Carajás foi um megaempreendimento econômico, político e social que teve início oficial em princípio da década de 1980, ainda que se tenha conhecimento de pretensões e de ações econômicas na região desde décadas anteriores, quando alguns diagnósticos apontavam a existência de metais na área. [...] Para a execução do projeto em sua estrutura, de modo geral, o governo federal disponibilizou elevado volume de capital, oriundo de empréstimos em instituições financeiras nacionais e estrangeiras. (SANTOS, Raimundo Lima dos. O PROJETO GRANDE CARAJÁS – PGC – E SEUS REFLEXOS PARA AS QUEBRADAS DE COCO DE IMPERATRIZ. II Seminário de pesquisa de pós-graduação de história UFG/UCG. Goiânia, Goiás, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/113/o/IISPHist09_RaimundoLitos.pdf. Acesso em: 60 mar. 2022. p.1. com adaptações).

Após leitura do texto assinale a assertiva que melhor se enquadra no contexto histórico vivido no Brasil da década de 80.

- a) A construção da ferrovia Carajás foi relacionada ao transporte da população amazônica que não tinha meios de transportes capazes de ligar o norte ao nordeste do país, embora também esteja relacionada ao Programa Grande Carajás que é conhecido como um projeto de exploração mineral e foi criado pela Empresa Estatal brasileira, na época, Companhia Vale do Rio Doce, na década de 70.
- b) A Estrada de Ferro Carajás foi considerada pelo governo brasileiro como obra de pequena grandeza, de modo que outras tantas foram construídas de maneira independente e favoreceram a criação de estruturas para os estados do Pará e Maranhão, como é o caso da Usina Elétrica de Tucuruí, o Porto de Ponta Madeira, e a Estrada de Ferro Carajás.
- c) A Estrada de Ferro Carajás destaca-se como uma grande construção, no entanto ela não ocasionou a desocupação de contingente de terras e nem afetou o meio ambiente amazônico.
- d) Dentre as populações atingidas pela construção do ousado projeto da ferrovia Carajás, estão as populações urbanas de Belém e São Luís.
- e) A Estrada de Ferro Carajás ocasionou muitos impactos sociais, econômicos e ambientais causados pela construção de caminhos ferroviários. Como a estrada transporta todos os anos mais de 100 mil toneladas de minérios, não está isenta de impactar a vida das populações que vivem nos territórios ao longo de seu percurso.

28. [...] A classe operária tornou-se um novo protagonista na vida pública do Brasil. Os operários se organizaram em sindicatos, federações sindicais e diferentes tipos de organizações, e rapidamente chegaram à criação de uma central sindical de orientação anarquista – a Confederação Operária Brasileira (COB), criada em 1906 [...]. (SCHWARCZ, Lília Moritz. Brasil: uma biografia. São Paulo: Cia das Letras, 2018, p. 336. Com adaptações).

Considerando o período compreendido entre os anos de 1900 e 1920:

- Até os anos de 1920, a forte repressão policial contra os trabalhadores reduziu a possibilidade de greves e enfraqueceu a movimentação dos sindicatos.
- Nesse período ocorreram cerca de quatrocentas greves organizadas em torno da luta por melhores condições de trabalho e vida, – aumento de salário, proteção ao trabalhador, redução de jornada de trabalho, direito de organização –, ou de natureza explicitamente política: greves contra a Primeira Guerra e em solidariedade às lutas internacionais dos operários.
- A fundação do Partido Comunista em 1923, fundado inteiramente por ex-anarquistas, teve a liderança dos comunistas, contudo havia uma nítida divisão entre os dois grupos, o que fez com que houvesse a diminuição da capacidade de mobilização, levando à ausência do movimento operário que só reaparece nos anos 1970 com os movimentos dos metalúrgicos na região do ABC paulista.
- Entre os anos de 1910 e 1913, visualizaram-se em São Paulo o aumento de desempregados, a redução nas horas de trabalho e o prolongamento da jornada. Essas razões explicam o surgimento do movimento socialista brasileiro, que conseguiu mobilizar os trabalhadores na formação dos sindicatos de cunho socialista e que contou com o apoio do setor industrial paulista.
- O primeiro de maio de 1919 congregou entre 50 e 60 mil participantes no Rio de Janeiro, entre trabalhadores industriais, líderes anarquistas e simpatizantes do comunismo, no entanto, em São Paulo o evento não teve a mesma expressividade, demonstrando a desmobilização dos trabalhadores, na medida em que os operários estavam protegidos por leis trabalhistas paulistanas.

29. A partir da análise da tabela abaixo, assinale a assertiva correta:

Estado do Pará: população total, urbana e rural (1950-1991)

Ano	Total	Rural	Urbana
1950	1.123.273	734.262	389.011
1960	1.529.293	914.320	614.973
1970	2.167.018	1.145.052	1.021.966
1980	3.411.868	1.742.206	1.669.662
1991	5.181.570	2.571.793	2.609.777

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil – 1981 e IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991. (disponível em: PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 89).

- A política agrícola praticada pelos Governos Militares deu prioridade, nas diferentes regiões do país, às culturas de exportação e à concentração fundiária, proporcionando créditos e incentivos fiscais aos grandes proprietários de terra e a empresas agroindustriais.
- O custo social da modernização autoritária e conservadora do campo foi aterrador, pois após a expulsão de milhares de famílias camponesas de suas terras, em 1978, as propriedades agrícolas superiores a 1.000 hectares, o que representava 1,8% dos imóveis cadastrados, ocupavam 57% das terras agrícolas do país.

- c) Durante o mandato presidencial de Garrastazu Médici, visando diminuir as tensões sociais no campo nas regiões Sul, Sudeste e, sobretudo Nordeste, o governo federal resolveu promover a imigração de milhares de camponeses para a Amazônia, oferecendo-lhes lotes de 100 hectares, por família, de terras situadas nas margens dos 2.000 km de extensão da Transamazônica, sob o lema de “Terra sem Homem para Homens sem Terra”.
- d) A propaganda oficial sobre a “terra prometida” favoreceu a vinda para a Amazônia, sem qualquer ajuda oficial, de milhares de camponeses sem-terra e mini fundistas de outras regiões do país, boa parte dos quais acabaram ocupando, como posseiros, milhares de hectares da Amazônia, sobretudo do Sudeste do Pará.
- e) A migração incentivada pelo governo federal ajuda a explicar o fato de a taxa da população urbana do Pará ser inferior à média nacional, apesar do importante crescimento no número de habitantes experimentado nas últimas décadas pelos núcleos urbanos paraenses.

30. Mimos para os índios

[...] Em 1847, duas autoridades da província do Pará se reuniram para jantar numa aldeia de índios Munduruku chamada Curi, às margens do rio Tapajós. De um lado, o bispo D. José Afonso de Moraes Torres (1805-65), em visita pastoral pelas paróquias e freguesias de seu bispado; do outro, o tuxaua da aldeia, convidado pelo religioso para o jantar. Como nos dias anteriores, diante do bispo que não abria mão de usar batina, o tuxaua procurou ostentar sua distinção e apareceu vestido com a farda que o distinguia dos demais índios a ele subordinado [...] (HENRIQUE, Márcio Couto. Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia no século XIX. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, p. 125. Com adaptações).

Considerando o texto acima, assinale a alternativa que está de acordo com as informações apresentadas:

- a) Apesar de não está previsto na legislação, o fornecimento de farda aos tuxauas, ou “Principais”, era comum na Amazônia do século XIX, e sua motivação estava associada a fatores como a distinção simbólica das lideranças indígenas, recompensas por serviços prestados ao projeto de catequese e civilização dos índios, bem como a ideia de ordem social associada ao fardamento.
- b) Este episódio permite refletir sobre a apropriação que o tuxaua fez dos objetos exteriores à cultura tradicional de seu grupo e que foram traduzidos pelo índio como uma necessidade de utilizar objetos considerados civilizados, demonstrando uma aproximação peculiar desses elementos de civilização que o governo imperial procurava impor aos índios no Brasil no século XIX.
- c) O projeto de catequese e civilização dos índios, tal como projetado pela política imperial, dependia amplamente de recursos financeiros que viabilizassem a oferta permanentemente de brindes e que chegaram a ser satisfatórios, mesmo diante da extensão do território e da grande quantidade de indígenas a serem atraídos.
- d) Havia uma estratégia de distinguir e presentear os Principais das aldeias, contudo, essa era uma prática recente no Brasil, como forma de incrementar o poder das lideranças favoráveis e, desse modo, interferir nas dinâmicas das políticas indígenas, além de inserir os povos indígenas na sociedade civilizada.

- e) O aparato legal não reconhecia a elite indígena, contudo procurava estabelecer relações de mediação com os agentes do mundo colonial, ingerindo em diferentes espaços de poder, no entanto, em muitos casos, líderes favoráveis em um momento poderiam se transformar em inimigos dos conquistadores de acordo com a situação.

31. [...] O movimento de pessoas, como salientou Anthony Russel-Wood foi uma característica frequente, não só na América portuguesa como em todo o império. Entretanto, para Russel-Wood, o “papel do Estado no incentivo à imigração foi mínimo”. Dados referentes ao Estado do Maranhão, contudo, revelam outra perspectiva. Em relação à Amazônia, o limitado número de europeus que se dirigia para a região ensejou uma ação clara da própria Coroa, que pode ser percebida em diversas esferas e em relação a vários grupos, não só de europeus [...]. (CHAMBOULEYRON, Rafael. Uma “conquista tão dilatada”. A coroa portuguesa e a migração voluntária para a Amazônia (século XVII). In: SARGES, Maria de Nazaré...[et. al.]. Entre mares: o Brasil dos portugueses. Belém: Paka-Tatu, 2010, p. 85. Com adaptações).

Considerando o cenário amazônico em relação aos povos indígenas assinale a alternativa correta:

- a) A constituição de aldeias de índios livres nas proximidades das comunidades portuguesas, decorrentes dos chamados descimentos, organizados principalmente por missionários, são considerados complexos na medida em que os movimentos dos indígenas foram suscitados pela chegada dos europeus.
- b) No contexto em análise, houve casos de descimentos voluntários, levados a cabo pelos próprios indígenas e descimentos organizados por particulares e sem autorização da coroa, e que foram intensificados a partir da década de 1680.
- c) A sociedade colonial, constituída a partir do processo de mestiçagem que envolve a participação de europeus, indígenas e africanos, mostra que no seu interior existe uma distinção que os rearticulam, fazendo com que de forma alguma possamos pensá-la como heterogênea.
- d) Um descimento de índios livres, que vinham do sertão e se instalavam próximo às comunidades dos portugueses, para serem convertidos e depois repartidos entre os moradores para trabalhar, era algo que se assemelhava a um “lote” de escravos resgatados ou de cativos decorrentes de guerra justa, feitos também no sertão.
- e) A constituição dos indígenas em vassalos, no século XVII, para a Coroa e, de acordo com as doutrinas mercantilistas da população, como defendidos pelos teóricos do período, era vista como uma relação direta entre o poder do príncipe e o número de habitantes, notadamente aqueles que trabalhavam e produziam.

32. Observe o mapa abaixo:



Fonte: JUNQUEIRA, Mary Anne. 4 de Julho de 1776: Independência dos Estados Unidos da América. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Lazuli Editora, 2007. p. 9.

Após analisar o mapa acima, assinale a assertiva correspondente:

- a) Diferente dos impérios português e espanhol, que administravam seus domínios de forma centralizada, o governo britânico vinha estabelecendo colônias no Novo Mundo de forma mais irregular, o que gerou uma particularidade que o distinguia dos impérios ibéricos, na medida em que havia passado pela Revolução Inglesa no século XVII: o poder não mais se concentrava nas mãos do rei.
- b) O império britânico era gerido por uma metrópole, em que a autoridade do rei já havia sido fortemente questionada e, diante dessa irregularidade no relacionamento, sobretudo político e econômico, entre a metrópole e colônias na qual os colonos, não representados satisfatoriamente no parlamento britânico, decidiram pelo enfrentamento que levou à independência.
- c) Existiam várias colônias britânicas e entre elas davam-se inúmeras trocas comerciais, mas também, culturais e políticas, sendo possível perceber que as construções identitárias de cada colônia, bem como a adaptação cultural diante das peculiaridades locais e das identidades britânicas trazidas da metrópole, reforçaram o imaginário de pertencimento.

- d) Nas Américas britânicas, muitos elementos das identidades coloniais sobreviveram até, pelo menos, 1820, não desaparecendo, portanto, com o processo de independência e configurando traços de continuidade entre o período colonial e o Estado independente.
- e) As colônias britânicas do Caribe, conhecidas também como British West Indies (Índias ocidentais britânicas), eram as mais lucrativas do império – as joias da Coroa, dada à produção predominantemente de açúcar, rum e melado, o que as diferenciavam das colônias do sul do continente, principalmente pelos produtos que forneciam – açúcar e derivados, contra o tabaco das colônias sul-continentais.

33. [...] muitos panfletos que invadiram a Hispanoamérica, na primeira década do século XIX, espalhavam as ideias iluministas e contribuíam com seus argumentos para justificar a ação daqueles que começavam a lutar pela independência das colônias na América. Estes textos “subversivos” produzidos pelos criollos nasceram do encontro entre as leituras vindas da Europa e a reflexão original pensada a partir da situação colonial. (Prado, Maria Ligia Coelho. Esperança radical e desencanto conservador na Independência da América Espanhola. História (São Paulo) [online]. 2003, v. 22, n. 2 [Acessado 11 Março 2022], pp. 15-34. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-90742003000200002>>. Epub 07 Mar 2006. ISSN 1980-4369. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742003000200002>. p. 20. Com adaptações).

Considerando os processos de independência das Américas, assinale a alternativa correta:

- a) No final do século XVIII, ampliara-se o comércio legal de livros, mas, apesar da autorização, chegavam nos navios misturados às mercadorias comuns. Esses livros alimentavam as imaginações dos descontentes com a situação colonial.
- b) A burocracia civil e religiosa espanhola manifestaram reiteradamente sua preocupação com relação à liberação dos livros, considerando como “abusos” e criticando ora a forma autoritária como os funcionários reais tentavam impedir a entrada desses livros, ora os comerciantes que visavam apenas o lucro, já que os livros chegavam nas embarcações sem o devido cuidado e dificultava a leitura.
- c) As autoridades coloniais denunciavam a prática de ingresso ilegal de livros e afirmavam que deveria ser perseguida com rigor, contudo, não conseguiam alcançar os efeitos esperados. Para elas, as colônias estavam inundadas por uma variedade de gazetas, diários e suplementos repletos de absurdas proposições, muito parecidas com as ideias “diabólicas” que os revolucionários de Paris apregoavam.
- d) Vários autores produziam trabalhos de forma anônima que circulavam de mãos em mãos, principalmente de universitários e políticos que reafirmavam claramente a manutenção da condição de colônia e sua dependência para com a metrópole.
- e) Os livros foram pensados para serem lidos, mas também para serem ouvidos por um grupo de pessoas atentas à leitura em voz alta. Contudo, no caso das Américas, há muito os livros eram lidos de maneira individual, completamente diferente do que acontecia na Europa.

34. Após a leitura do excerto abaixo, assinale a alternativa correta.

[...] O processo industrial vindo de 1888 é sobretudo o impulso pelas dificuldades de importação. Esta depende sempre do valor das exportações. Quando a receita obtida no comércio internacional, com a venda de produtos nativos, não dá recursos, tem-se mais

embaraço com a taxa de câmbio. A atividade, moderadamente protegida, apresenta desenvolvimento apreciável, até ser atingido pela crise internacional de 1913, que provoca a queda de produtos brasileiros e o temor de investimento do estrangeiro. Diversas fábricas do país são afetadas. Nessa situação vem desempenhar papel eminente a Guerra Mundial. Em 1914 o mundo anda às voltas com um conflito que dura até 1918. Entre os mais atingidos, estão os que lideram a economia, fornecedores de produtos trabalhados e compradores de matérias-primas. Contribui ainda a situação cambial, que torna favorável a importação. [...] (IGLÉSIAS, Francisco. A industrialização brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1995. (tudo é história, 98). pp. 75-76. Com adaptações).

- a) Neste contexto, o Brasil foi forçado a interromper a forma tradicional de abastecimento do país, deixando de importar produtos que vinham dos países europeus, e buscando os produtos industrializados nos seus vizinhos sul-americanos, como o Paraguai.
- b) O Brasil passou a produzir os artigos necessários. Contudo, foi necessário enfrentar as dificuldades, empenhando o capital em novos setores produtivos, de modo que a produção industrial teve um crescimento considerável no período de 1914 a 1919.
- c) As exportações reduziram, visto que toda a produção era direcionada para o mercado interno que aumentou o número de consumidores, com os trabalhadores nacionais e imigrantes, e principalmente com os ex-escravos que ocupavam lugar privilegiado no mercado de consumo.
- d) A maior concentração de indústrias brasileiras estava no Rio Grande do Sul, e isso se explica pela intensa produção de café naquele estado, que recebeu o maior investimento industrial para o período.
- e) São Paulo destacava-se como um estado fornecedor de matéria-prima, evidenciado pela forte atração do investimento externo, bem como pela existência de imigrantes hábeis na lavoura, capaz de impedir o desenvolvimento do setor industrial, além de não se mostrar interessante para a sociedade paulistana.

35. [...] A cafeicultura regulava as relações comerciais e também a dinâmica do desenvolvimento industrial. O suprimento de mão de obra para a indústria também estava condicionado à cafeicultura, pois dependia dos imigrantes vindos da Europa, onde muitos já tinham alguma experiência com o trabalho industrial. [...] (JR. CATELLI, Roberto. Brasil: do café à Indústria: transição para o trabalho livre. São Paulo: Brasiliense, 2004 (tudo é história; 140). p. 52. Com adaptações).

A partir do processo de industrialização no Brasil, é possível considerar que:

- a) Com a realização do primeiro censo industrial realizado no Brasil, apontou-se para a existência de um moderno sistema industrial instalado no estado de São Paulo.
- b) Até 1933 ocorreu o primeiro momento de industrialização brasileira, feita pelos imigrantes europeus que contavam com o capital industrial, bem como utilizaram-se do sistema bancário e de políticas econômicas que favoreciam o desenvolvimento industrial brasileiro presente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.
- c) Instalou-se no primeiro momento a indústria leve, visto que as primeiras indústrias produziam principalmente tecidos. Somente mais tarde seriam implantadas as chamadas “indústrias de bens de produção”, de máquinas e equipamentos industriais, siderurgia entre outros.

- d) A introdução de novas tecnologias ocorreu logo após as greves de 1917, quando o capital industrial toma definitivamente as rédeas da economia nacional e o Brasil mantém a sua condição de país eminentemente mercantil.
- e) A industrialização brasileira promoveu nitidamente a separação entre o desenvolvimento dos mundos rural e urbano, na medida em que a economia cafeeira foi responsável pelas transformações vividas no campo e na cidade, com a introdução de legislação que atendesse às demandas dos trabalhadores rurais e urbanos.

36. “No início do século XVII, o Império Português na Ásia já dava sinais claros de retrocesso”. Essa frase do historiador Alírio Cardoso nos mostra como o Império Ultramarino português teve que redimensionar suas ações nas Conquistas. Nesse particular, podemos atentar para o fato de que a Coroa Portuguesa vinha perdendo certo espaço no trato com as especiarias do oriente. Assim, abria-se caminho para uma colonização e exploração econômica mais intensa da segunda das possessões portuguesas na América: o Estado do Maranhão e Grão-Pará. CARDOSO, Alírio. Outra Ásia para o império: fórmulas para integração do Maranhão à economia oceânica (1609-1656). In: CHAMBOULEYRON, Rafael; Alonso José Luis Ruiz-Peinado. Trópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (Séculos XVII a XVIII). Belém: Editora Açaí, 2010.

Nesse particular, é CORRETO afirmar que:

- a) O Estado do Maranhão e Grão-Pará, fundado em 1684, era estratégico para a Coroa Portuguesa com relação à extração do Pau-Brasil e às plantações de cana-de-açúcar nas ribeiras dos rios Itapecuru, Monin e Tocantins.
- b) Abrangendo territórios de alguns estados atuais como Maranhão, Pará, Amazonas, Amapá, Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia, o Estado do Maranhão e Grão-Pará centrava sua produção quase que exclusivamente no cacau, do que resultava grandes ganhos à Fazenda Real e à Coroa Portuguesa.
- c) A atividade mineradora no Estado do Maranhão e Grão-Pará, sobretudo com as minas de ouro, desde o início da Conquista, representou a maior atividade lucrativa para a Coroa, atividade que suplantava a produção do Estado do Brasil nas Minas Gerais.
- d) O Estado do Maranhão e Grão-Pará, fundado no ano de 1621, guardava grandes diferenças em relação ao Estado do Brasil, sobretudo no ponto de vista do interesse econômico de Portugal para a exploração do vale amazônico, de modo especial nas expedições de coleta das drogas do sertão e também na colheita dos ditos gêneros que passaram a ser cultivados racionalmente.
- e) A mão de obra utilizada pelos colonos em suas atividades nunca representou grave entrave para a Coroa, já que esta nunca teve que arbitrar conflitos entre jesuítas e colonos com relação às formas de escravidão indígena.

37. “Tomada em conjunto, a legislação indigenista é tradicionalmente considerada como contraditória e oscilante por declarar a liberdade com restrições do cativo a alguns casos determinados, abolir totalmente tais casos legais de cativo (nas três grandes leis de liberdade absoluta: 1609, 1680 e 1755), e em seguida restaurá-los. Quando se olha mais detalhadamente as disposições legais, percebe-se, porém, que ao tomá-las em conjunto, assim como aos ‘índios’ a que se refere, simplifica-se bastante o quadro”. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do

período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

A “simplificação” à qual a autora se reporta ao criticar parte da historiografia que versa sobre o tema nos faz ponderar sobre o grave debate em torno dos modos de conquista de mão de obra indígena na Amazônia colonial. Levando em consideração a reflexão da autora e a realidade do Estado do Maranhão e Grão-Pará, é CORRETO afirmar:

- a) Que após serem escravizados, conforme era previsto no sistema de “descimentos”, tais índios aldeados se tornariam inimigos do projeto colonizador. Caso diferente do que ocorria com os indígenas alcançados pelo sistema de “guerra justa” que ficavam livres e apoiavam o projeto colonizador.
- b) Que no Estado do Maranhão e Grão-Pará a principal mão de obra utilizada era a de africanos escravizados em virtude da falta de contingente indígena para trabalharem nas lavouras dos colonos e irem às expedições das drogas do sertão.
- c) Que no Estado do Maranhão e Grão-Pará os indígenas recebiam tratamentos distintos, já que no Maranhão os índios ficavam exclusivamente livres em virtude do pouco trato da capitania com as drogas do sertão e no Pará os índios eram todos escravizados em decorrência da grande necessidade de mão de obra para as expedições ao sertão.
- d) Que no Estado do Maranhão e Grão-Pará eram escravizados apenas os índios que iam às expedições de coleta do cacau, já que o dito gênero era o mais rentável para a Fazenda Real e, além disso, servia de “moeda da terra”.
- e) No Estado do Maranhão e Grão-Pará havia duas categorias de índios: os aldeados e aqueles que eram vistos como um entrave para a proposta colonizadora, o que fazia com que a Coroa adotasse políticas bem diferentes para ambos os grupos com relação à liberdade indígena.

38. Na segunda metade do século XVII, ocorreram duas revoltas no Estado do Maranhão e Grão-Pará. A primeira em 1661 e a segunda em 1684. A primeira delas acirrou os ânimos dos colonos nas cidades de São Luís e Belém. A segunda, a de 1684, ficou mais restrita à cidade de São Luís. Sobre ambas as revoltas, o historiador Rafael Chamboleyron destaca: "Marcado pela importância da mão de obra indígena e por uma economia na qual se interconectavam atividades extrativas (principalmente a coleta das chamadas drogas do sertão) e a lavoura (sobretudo de açúcar, tabaco, cacau e farinha), o Maranhão teve, nos problemas de aquisição e controle dos trabalhadores indígenas – livres ou escravos –, uma constante fonte de problemas. Foi justamente em torno dessa grave questão que giraram os dois levantes dos moradores portugueses das duas principais capitanias do Estado do Maranhão". CHAMBOULEYRON, Rafael. "Duplicados clamores". Queixas e rebeliões na Amazônia colonial (século XVII). Projeto História (PUCSP), v. 33, p. 159-178, 2006.

Sobre os dois episódios, ambos com caráter antijesuítico, é correto afirmar que:

- a) O episódio de 1661, conhecido na historiografia como “revolta de Beckman”, pedia a expulsão de todas as ordens religiosas do Estado do Maranhão e Grão-Pará, de modo especial a Companhia de Jesus, com o Pe. Antonio Vieira.

- b) Na Revolta de Beckman, de 1684, os colonos se colocaram a favor do monopólio de comércio introduzido pelo estanco de 1682 e celebrado entre a Coroa e alguns comerciantes privados.
 - c) Ambas as revoltas possuem um teor antijesuítico em relação ao poder temporal dos padres da Companhia de Jesus sobre a mão de obra indígena. Assim, já na revolta de 1661, se expulsou do Estado o Pe. Antonio Vieira. Em 1684, ainda havia outra questão: os prejuízos causados aos colonos pelo estanco de 1682, prejuízos que se somavam às queixas dos colonos contra a lei de liberdade irrestrita dos índios de 1680.
 - d) Na Revolta de Beckman, mais restrita à cidade de São Luís, os colonos revoltosos pediam a manutenção da lei de liberdade irrestrita dos índios, publicada em 1680.
 - e) Na revolta de 1661, apesar de seu caráter antijesuítico, os colonos buscaram alcançar uma solução amigável com os jesuítas, no intuito de alcançarem mais braços indígenas para as suas atividades. Por esse motivo, a revolta de 1661 não resultou em expulsão dos inácianos.
39. Em 23 de janeiro de 1732 o Conselho Ultramarino elaborou uma espécie de relatório a ser enviado ao Governador do Maranhão e Grão-Pará. No documento eram expostos cinco pontos para que as recém descobertas minas de ouro do Estado não fossem noticiadas aos colonos. Assim, entre outras coisas, os Conselheiros alegavam que: perigosamente o Maranhão e Grão-Pará tinha como fronteira conquistas de outras coroas; que a atividade mineradora iria fazer concorrência com a atividade das drogas do sertão, que já era explorada por Portugal, e da qual resultava grandes lucros; e a possibilidade do aumento dos cativeiros ilegais de indígenas a partir da atividade mineradora. “Sobre o que escreve o Governador e Capitão General do Estado do Maranhão a respeito do descobrimento das novas minas de ouro das terras dos Tocantins daquele Estado.” Lisboa, 23 de janeiro de 1732. AHU, código 209 (consultas do Maranhão), f.56v.

Considerando a Consulta de 1732 e a historiografia sobre a colonização da região amazônica, é correto afirmar que:

- a) Que a colonização do Estado do Maranhão e Grão-Pará não foi marcada por incursões estrangeiras e concorrentes da Coroa Portuguesa.
- b) Que o trato com as drogas do sertão amazônico (colheita e cultivo racional) era atividade econômica de somenos importância para Lisboa quando se considera o território do Estado do Maranhão e Grão-Pará.
- c) Que no Maranhão e Grão-Pará não houve conflitos entre os agentes colonizadores com relação aos modos de se conquistar a mão de obra indígena a ser utilizada em quase todas as atividades produtivas do Estado.
- d) Que a exploração das drogas do sertão amazônico representava a atividade econômica central para a Coroa Portuguesa quando se considera o Estado do Maranhão e Grão-Pará.
- e) Que, ao considerar os três pontos citados acima pelo Conselho Ultramarino, os conselheiros estavam mal informados sobre a realidade do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

40. Levando em consideração a historiografia sobre o processo de Conquista e Colonização da América Hispânica, é CORRETO afirmar que:

- a) A Conquista e Colonização da América Hispânica não representou um processo violento às sociedades indígenas, sobretudo quando se considera os primeiros contatos estabelecidos na região
- b) No processo de conquista e colonização da América Hispânica não observamos os conquistadores pedindo mercês à Coroa Espanhola em virtude de serviços prestados no dito processo.
- c) As ordens religiosas católicas não participaram do processo de colonização da América Hispânica.
- d) A conquista espanhola da América se iniciou na região das Antilhas e depois desceu para a região continental, onde foram encontradas sociedades indígenas como os Astecas e os Incas.
- e) O longo período de isolamento das sociedades americanas não contribuiu para sua dizimação, quando consideramos o contato com novos patógenos vindos de outros continentes.

41. Leia o texto a seguir: “A conquista da América revelou-se, portanto, um processo altamente complexo, no qual os homens em armas nem sempre deram o tom. Se pelo menos no princípio foi uma conquista militar, apresentou também desde seus primeiros estágios algumas outras características que passaram a predominar tão logo os soldados realizaram o que puderam. Foi acompanhada por um movimento voltado para a conquista espiritual, por meio da evangelização dos índios. Foi seguida por uma migração maciça da Espanha, que culminou na conquista demográfica das Índias”. ELLIOT, J.H. A Conquista Espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: a América Latina Colonial. Vol.1. São Paulo: Edusp, 1998.

Levando em consideração a complexidade do processo de Conquista e Colonização da América Hispânica, que vai para além de uma conquista militar, é correto afirmar que:

- a) A Conquista Espiritual da América, sobretudo no período inicial, se deu exclusivamente pela ação do clero secular, ficando o clero regular com suas ordens religiosas à margem de tal processo.
- b) As Conquistas espiritual e demográfica permitiram a implantação imediata dos Vice-Reinos de Nova Espanha, Nova Granada, Rio da Prata e Perú logo no período inicial da conquista das Antilhas, pelo que na região continental não observamos tais estruturas de Vice-Reinos.
- c) A participação dos cleros regular e secular foi insignificante para a Conquista Espiritual da América.
- d) A Conquista espiritual da América pelas ordens religiosas permitiu uma colonização mais duradoura mesmo com a total ausência dos franciscanos neste processo.
- e) A participação do clero regular, com suas ordens religiosas, foi fundamental no processo de colonização da América Hispânica, a exemplo da ação dos franciscanos.

42. A conquista e colonização da América Hispânica na sua porção continental causou surpresa nos conquistadores europeus em virtude da alta hierarquização das sociedades encontradas. Nesse particular é correto afirmar que:
- a) A subserviência dos povos mesoamericanos e andinos aos seus líderes máximos observada pelos conquistadores foi utilizada a favor do processo de conquista, já que tais sociedades iriam apenas sofrer uma espécie de traslado de um “imperador” asteca e inca para um imperador europeu. Tal fato foi observado tanto na conquista dos astecas por Pizarro, quanto na conquista dos incas por Cortés.
 - b) Os povos mesoamericanos e andinos resistiram ao processo de conquista sobretudo a partir da total ausência de conflitos intertribais, que permitiu uma aliança entre tais povos contra os conquistadores.
 - c) Quando da chegada de Cortés, o controle e organização Asteca que partiam de Tenochtitlán era bastante fraco em relação aos demais povos, não exigindo tributos das demais tribos subjugadas, nem contingente de vítimas sacrificiais. De tal feita, Montezuma não tinha inimigos entre os demais povos subjugados.
 - d) Apesar de assustar os espanhóis com sua extensão e o nível de sua organização, o Império Inca logo foi conquistado a partir do erro diplomático de Montezuma, imperador Inca, ao aceitar receber Pizarro.
 - e) Que o próprio caráter de tais civilizações mesoamericanas e andinas acabou por facilitar o processo de conquista quando se considera a subjugação de outros povos pelos “impérios” Inca e Asteca, já que os conquistadores faziam alianças com tais populações subjugadas, jogando um grupo tribal contra outro.
43. Afetado pela pandemia de COVID-19, o setor da educação teve que se reinventar. Aulas que até então eram ministradas quase que exclusivamente de modo presencial passaram a ser ministradas de modo remoto. Neste particular, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) vieram ao auxílio de docentes e discentes. Na área do ensino de história, as TIC's (quando bem usadas) puderam contribuir para aulas de história menos enfadonhas. Com relação ao uso das TIC's no ensino de história é CORRETO afirmar que:
- a) O uso das TIC's para o ensino de história dispensa a figura do professor dentro do processo de ensino aprendizagem.
 - b) No contexto brasileiro, durante a pandemia de COVID-19, o ensino de história não encontrou dificuldades para utilizar as TIC's nas aulas remotas em virtude do grande alcance da tecnologia pelos alunos brasileiros.
 - c) Passado o período pandêmico da Covid-19, o uso das TIC's no ensino de História dispensou o recurso de aulas presenciais de história em espaços não formais (como museus, teatros, feiras, praças etc.) já que as TIC's proporcionam uma experiência multissensorial no ensino, ainda que os sentidos do olfato e tato só sejam possíveis nos ditos espaços não formais e de modo presencial.
 - d) O uso das TIC's no ensino de História cria obstáculos para a análise de fontes históricas na sala de aula.
 - e) As aulas se tornam mais dinâmicas e interativas, podendo o docente inclusive conduzir visitas virtuais a museus, o que aproxima os espaços formais e não formais de ensino na área de História.

44. Refletir sobre a relação entre o ensino de história e as TIC's é um exercício que se faz cada vez mais necessário ao professor de história, em vista do avanço das novas tecnologias digitais entre os jovens que passam a se relacionar e a se comunicar a partir de outras formas dentro do ciberespaço. Nada obstante, a análise de fontes históricas em sala de aula também passa a ser impactada. O professor de história deve também estar atento aos novos suportes de informação nos quais tais fontes podem estar depositadas. Nesse particular é CORRETO afirmar que:

- a) Na sala de aula o professor de história deve analisar fontes históricas que estão depositadas exclusivamente em suporte físico (fontes depositadas em papel, por exemplo).
- b) Na sala de aula o professor deve desconsiderar fontes de arquivos que até então estavam em suporte físico e passaram para o meio digital.
- c) Que cursos de atualizações/formações continuadas sobre o tema do uso das TIC's no ensino de história são desnecessários aos professores de história.
- d) O professor de história também deve considerar fontes históricas que estão em suporte virtual e não apenas as que estão em suporte físico. Também pode analisar um monumento como sendo um documento que conta uma história, isso através das visitas virtuais a espaços como museus.
- e) Que o uso das TIC's no ensino de história não requer preparo por parte do professor quando da montagem de sua aula.

45. Seabra Coelho, Martins da Silva e Francisco da Silva ao tratarem sobre as tecnologias digitais na formação dos professores de História ressaltam que há um “desencontro entre a formação docente – centrada na sua atuação em espaços presenciais e formais de escolarização – e os novos espaços de aprendizado. Apesar da ampliação dos usos tecnológicos e midiáticos – e do acesso facilitado, embora com suas limitações – em diversos espaços sociais, entendemos que a formação docente não tem acompanhado essas transformações”. COELHO, G. L.; SILVA, L. G.; SILVA, T. M. Tecnologias digitais, formação e ensino: uma análise dos PPCS de licenciatura em História no Estado de Minas Gerais. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica. (Recife. Online), vol. 40, Jan-Jun, 2022.

Com relação ao uso das tecnologias digitais no ensino de história, é correto afirmar que:

- a) Que a formação de professores de história ainda carece de maiores debates sobre o uso das tecnologias digitais, o que poderia ser feito tanto na sua formação inicial, quanto nas formações continuadas.
- b) A desigualdade social brasileira não gera desigualdade de acessibilidade a tais tecnologias no ensino de história.
- c) A precariedade de suportes tecnológicos das instituições de ensino não gera um limite para o ensino de história.
- d) Os professores de história possuem total domínio das tecnologias digitais, o que facilitou sobremaneira seu uso no ensino de história.
- e) Que a formação inicial do professor de história, assim como as formações continuadas, estão altamente atentas ao uso das tecnologias digitais no ensino de história, pelo que, neste último ponto, não se observam docentes de história com dificuldades em sua prática de sala de aula.